

RELATÓRIO-SÍNTESE DO 14º FÓRUM DE MINISTROS DA CULTURA E ENCARREGADOS DE POLÍTICAS CULTURAIS DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE

Caracas, República Bolivariana da Venezuela, 28 e 29 de setembro de 2005

Segundo dia: 29 de Setembro de 2005

Sessão da manhã.

Abrindo a jornada matutina do 2º dia do Fórum, a Licenciada Silvia Díaz, Presidente do Conselho Nacional de Cultura da Venezuela (CONAC) informou que estaria presidida pelo Exmo. Licenciado Manuel de Jesus Salazar, Ministro da Cultura e Esportes da Guatemala e vice-presidente do Fórum, e como moderador atuaria o dr. Alberto Murillo, Diretor de Relações Internacionais do CONAC.

O Exmo. sr. Manuel de Jesus Salazar (**Ministro da Cultura e Esportes da Guatemala e Vice-presidente do Fórum**): Expôs a ordem do dia inicialmente aprovada sugerindo uma modificação para iniciar a sessão com a troca de idéias sobre o ***Anteprojeto de Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais***; a sugestão foi aprovada.

O sr. Herman van Hooff (**Representante do Subdiretor-Geral Adjunto para a Cultura da UNESCO e Diretor da Oficina Regional de Cultura da UNESCO para a América Latina e o Caribe**): Observou que o Anteprojeto de Convenção fazia parte de um pacote de instrumentos normativos e Declarações já aprovados pela UNESCO que se complementam. Por exemplo, a Declaração adotada em 2001, um documento de referência muito importante, que serviu de base, em 2003, para estudar a viabilidade da adoção de uma Convenção sobre a diversidade cultural. Nessa direção, foram convocadas reuniões de experts independentes e experts governamentais para refletir sobre o tema até junho de 2005, que resultou no Anteprojeto da Convenção. Logo depois, detalhou a estrutura do Anteprojeto.

Frisou que a Convenção constituía um compromisso jurídico, porquanto é um instrumento normativo internacional com fases vinculativas aos Estados signatários, reconhece que os bens e serviços culturais são portadores de identidade de valores e de sentidos e não podem ser considerados como mercadorias, ou bens de consumo comuns. Recordou que o texto insistia na necessidade de que os Estados Membros adotassem todas as medidas de proteção e de promoção da diversidade das expressões culturais e garantissem, ao mesmo tempo, a livre circulação das idéias e das obras. Destacou que o documento incorpora um conceito novo de cooperação internacional que liga a integração da cultura ao desenvolvimento sustentável, e a cooperação para o desenvolvimento, o que implica um tratamento preferencial para os países em desenvolvimento. Por outro lado, afirmou que a diversidade das expressões culturais só poderia ser regenerada se houvesse intercâmbio cultural e acesso verdadeiro às expressões culturais do planeta,.

O apoio dos membros do 14º Fórum de Ministros da Cultura da América Latina e do Caribe ao Anteprojeto da Convenção concorreria para a consolidação e o êxito do processo, sentenciou.

O sr. Avelino Stanley (Subsecretário da Cultura para a Criatividade e a Participação Popular da República Dominicana): Perguntou quais eram as objeções ao documento e quem objetava.

O sr. Herman van Hooff (**Representante oficial da UNESCO**): Informou que muito se refletira sobre a definição e os objetivos da Convenção, assim como sobre o direito dos Estados Membros de definirem suas políticas culturais. Clarificou que as indústrias culturais e o Livre Comércio foram temas de primeira linha.

O sr. Aberto Murillo (**Moderador e Diretor-Geral Setorial de Relações Internacionais do Conselho Nacional da Cultura CONAC da Venezuela**): Sugeriu que o apoio ao Anteprojeto de Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais aparecesse no documento final do Fórum, em formato de nota, como um mecanismo de integração, e apoiado separadamente pelos Estados Membros.

O sr. João Luiz Silva Ferreira (**Secretário Executivo do Ministério da Cultura do Brasil**): O Ministério da Cultura do Brasil e o Governo brasileiro apóiam a Convenção, afirmou. Disse que participaram de todo o processo articulando apoios através de suas relações bilaterais e criaram uma Secretaria de Diversidade Cultural e das Identidades, no Ministério da Cultura. Sugeriu que, além de apoiar a Convenção, fosse traçada uma estratégia de construção de medidas políticas e atitudes para viabilizar a Convenção.

O sr. Eudoro Fonseca Yerena (**Diretor-geral de Vinculação Cultural, Conselho Nacional da Cultura e das Artes do México**): Afirmou que CONACULTA considerava que o texto satisfazia todos os objetivos propostos, ao especificar os bens e os serviços culturais, levando em conta que sua natureza econômica e cultural fazem com que sejam, também, importantes bens de consumo, elementos portadores de identidades, valores e significados. Igualmente, disse que a Convenção reconhecia o direito fundamental dos Estados de traçar livremente suas políticas e medidas de proteção e de promoção da diversidade das expressões culturais, artigo 5, regra geral correspondente aos direitos e às obrigações.

Frisou que para o México o documento representava a oportunidade histórica de focalizar a cultura de maneira diferente, não como um objeto suntuoso e receptor de subsídios, mas sim como gerador de bem-estar, âmbito de encontro e de convivência que privilegia o respeito à identidade das comunidades para conservar sua especificidade.

Observou que o artigo 8, que estabelece as medidas de proteção às expressões culturais, era muito importante para o setor cultural, porquanto fixa o direito de cada país determinar quando suas expressões culturais correrão

perigo de extinção, ou serão seriamente afetados, ou precisarão de medidas urgentes de salvaguarda. Comentou que o ponto crítico na negociação do Anteprojeto, motivo de controvérsia entre o setor cultural e o econômico, tinha sido a questão jurídica, sua relação com outros instrumentos, porquanto muitos Estados-membros tinham a preocupação de que este instrumento fosse subordinado a outros acordos internacionais. Disse que o texto finalmente aprovado, após as reuniões intergovernamentais, dava a entender o apoio recíproco entre esta Convenção e os outros instrumentos, a complementaridade entre os mesmos, e não a subordinação.

O sr. Ismael González González (**Vice-ministro da Cultura de Cuba**): Renovou o anteriormente exposto pelo Ministro da Cultura de Cuba quanto à importância que seu país concedia à Convenção. Também expressou que era motivo de honra a escolha do México, um Estado Membro da América Latina e do Caribe, para presidir a 4ª Comissão da 33ª Conferência Geral da UNESCO, a responsável pelo debate do Anteprojeto. Disse que a Convenção era um catalisador que obrigava a sentar-se à mesa com os experts em economia e comércio para esmiuçar a especificidade do produto e dos bens culturais, assim como o papel da cultura dentro das economias nacionais, um tema já debatido em outros Fóruns de Cultura, nos quais essa necessidade já tinha sido admitida.

Reconheceu que a aprovação da Convenção era muito importante para o Fórum de Ministros da Cultura e Encarregados de Políticas Culturais da América Latina e do Caribe no momento em que se configuravam influências de signo hegemônico no campo cultural, e realçou a importância de contar com uma Convenção que proteja explicitamente os Estados Membros, como Cuba, que contam com menos recursos econômicos para valorizar suas riquezas culturais. E disse confiar em que a região, representada pelo GRULAC (Grupo da América Latina e do Caribe, no contexto da Conferência Geral da UNESCO), favorecerá a adoção da Convenção com mui legítimas e profundas razões.

Destacou que para o seu país, a Convenção constituía um passo importante, portanto, aprovava-a sem reservas. Por último, mencionou o debate no âmbito da Organização Mundial do Comércio como um exercício que ensina quantas tensões surgem em torno da cultura, mas, por sorte, ali não houve consenso para se voltar à UNESCO e obstaculizar ou objetar, desde o âmbito do comércio mundial, o avanço da Convenção, que é um passo transcendente para as riquezas e os valores da humanidade, uma vitória da cultura sobre o comércio.

A sra. Ingrid Kauffmann Morales (**Assistente Executiva Direção-Geral do Instituto Nicaragüense da Cultura**): Indicou que havia expressões que exigiam medidas urgentes de salvaguarda como as línguas vernáculas. Disse que seu país carecia de ações urgentes para a proteção das línguas em perigo, especialmente as faladas na costa do Caribe. Propôs incorporar às recomendações da Convenção que os governos, por meio de seus Ministérios ou Secretarias de Educação, estabeleçam o ensino de ao menos uma língua

vernácula, quer seja a mais importante, quer seja a que esteja em vias de extinção.

Mencionou o caso de El Salvador, que realiza um trabalho de salvaguarda da língua Náhuatl, cujo ensino é obrigatório em 22 departamentos do país. E recordou que só o Paraguai, no contexto da América Hispânica, tinha resgatado sua língua aborígine: o guarani.

O sr. Avelino Stanley (**Subsecretário de Estado para a Cultura, a Criatividade e a Participação Popular da República Dominicana**): Além de renovar o apoio do Fórum ao Anteprojeto, propôs que a maioria dos presentes, que certamente representariam seus Estados Membros na próxima Conferência Geral, viajassem dispostos a defender ali a autenticidade do documento e a não permitir que seu conteúdo fosse modificado pelos poderosos em oposição aos latino-americanos e caribenhos e aos países em desenvolvimento, em geral.

O sr. Eric Butler (**Funcionário do Ministério do Desenvolvimento Comunitário, Cultura e Assuntos de Gênero de Trinidad e Tobago**): Recordou que três Estados-membros caribenhos tiveram uma participação ativa nas discussões preliminares para a elaboração da Convenção: Jamaica, Barbados e Santa Lucia. Deu ênfase ao desempenho da Jamaica. Expressou que tanto seu país, quanto Trinidad e Tobago e o resto dos Estados Membros do Caribe, decidiram dar todo seu apoio à aprovação da mesma, porquanto o instrumento normativo jogaria um papel importante em suas políticas culturais, especialmente no âmbito da diversidade cultural. Sublinhou que Trinidad e Tobago está mergulhado na construção de uma nova política cultural, desde sua própria diversidade cultural.

O sr. Thomas Matthew (**Funcionário Cultural Principal do Ministério do Turismo, Aviação Civil, Cultura e Artes Cênicas de Granada**): Disse que, como o resto dos Estados Membros do Caribe, seu país também tinha estudado o Anteprojeto durante algum tempo, para traçar e definir as políticas culturais. Externou sua convicção de que à medida que a análise de projeto se dilatasse, seria mais difícil traçar as mencionadas políticas, porquanto as culturas da região evoluíam rapidamente e exigiam políticas flexíveis. Destacou que a Convenção era muito oportuna, visto que era muita ampla no que diz respeito à promoção da proteção do patrimônio. Disse que estava preocupado com o assunto das indústrias culturais, e achava que os outros Estados Membros também não tinham distinguido de maneira clara se os acordos comerciais englobariam tratamento preferencial para as indústrias culturais. Quis saber do representante oficial da UNESCO se, no seu entendimento, os Estados Membros participantes do processo de revisão do Anteprojeto de Convenção estariam satisfeitos com os elementos incluídos para trabalhar pela preservação, proteção e promoção de nossas indústrias culturais. Observou que para Granada, as indústrias culturais são muito diversas, e a cada dia precisam de maior proteção, ou promoção, portanto, estes aspectos devem ser levados muito em conta nas discussões do documento. Levar em consideração

estas questões faria com que todos se sentissem satisfeitos com a maneira de focalizar as indústrias culturais no documento final, destacou.

A sra. Beatriz Parra (**Vice-ministra da Cultura do Equador**): Manifestou que a aprovação da Convenção era muito importante para o seu país, e considerava o Anteprojeto um documento muito completo. Apoiou a proposta de que os países da América Latina e o Caribe deviam ser firmes na defesa da integridade do documento.

O sr. Herman van Hooff (**Representante oficial da UNESCO**): Respondendo às inquietações dos delegados do México e de Granada quanto à ligação do Anteprojeto a outros instrumentos internacionais, explicou que não existia subordinação, eram tratados iguais. Quanto ao tema das indústrias culturais, disse que gozava de um espaço privilegiado na Convenção, pois incluía a definição dos bens e dos serviços culturais e das indústrias culturais. Outrossim, explicou pormenorizadamente o procedimento para a discussão e a aprovação do documento, no âmbito da Conferência Geral.

O sr. João Luiz Ferreira (**Secretário Executivo do Ministério da Cultura do Brasil**): Fez um comentário sobre o Capítulo 8 do Anteprojeto em relação à interculturalidade, e frisou que esta se referia à presença e interação eqüitativa de diversas culturas. Disse que eqüitativo é um conceito quantitativo que significa partes iguais. Indicou que um processo de interação dificilmente assumia essa dimensão quantitativa, e sugeriu que a palavra mais apropriada seria voluntária, porque a única interação positiva e saudável é quando ambas as partes assimilam o outro com seus próprios signos, símbolos e valores de maneira absolutamente voluntária, ou seja: a livre influência e a livre adesão a aspectos de outra cultura. Outrossim, julgou que se devia defender, com o apoio do Fórum, a integralidade do texto, que era muito positivo para a realidade cultural da região, e do mundo.

O sr. Luis Amado Soto (**Coordenador do Grupo de Políticas Culturais e Assuntos Internacionais do Ministério da Cultura da Colômbia**): Recordou que nos trabalhos preparatórios do Anteprojeto suscitaram grandes tensões entre os setores de comércio, cultura e as Chancelarias, e que essas tensões persistiam, visto que nas sessões do Conselho Executivo se tornaram evidentes as reservas da delegação dos Estados Unidos. Exortou a estar bem preparados para o *lobby*, na próxima Conferência Geral da UNESCO. Disse que trabalhar coordenadamente no cenário de Paris seria, sem dúvida, muito importante para o Fórum de Ministros da Cultura e Encarregados de Políticas Culturais da América Latina e do Caribe. Recordou, sendo delegado da Colômbia nas primeiras duas mesas de experts, ter visto uma grande dispersão quanto à articulação das posições dos países da América Latina e do Caribe. Pelo contrário, tinha pulsado uma grande coesão, articulação e organização por parte da União Européia e do Canadá em relação ao documento. Pediu maior coesão ao Fórum, por considerar que não atuava em bloco.

Mencionou que a Colômbia tinha estado na origem do Anteprojeto, dentro da Rede Internacional de Políticas Culturais, como estiveram, também, outros Estados Membros da região, que elaboraram uma proposta de documento internacional encaminhado à promoção internacional da diversidade cultural, debatido em vários eventos internacionais. Inclusive, tinha sido ponderada a possibilidade de que esse documento fosse hospedado na Organização Mundial do Comércio e não na UNESCO, para intervir no comércio e conseguir, assim, um mercado mais heterogêneo de bens e serviços culturais. Finalmente se determinou que a UNESCO devia ser o âmbito natural do instrumento e, por isso, as propostas foram entregues ao Diretor-Geral da UNESCO, para que ele pudesse avaliar sua pertinência. Mais tarde, o Conselho Executivo recomendou dar os passos necessários para a elaboração de uma Convenção Internacional.

Expressou que as discussões em torno destes temas deviam continuar tanto no âmbito da Organização Mundial do Comércio, quanto nas negociações para a adoção de Tratados de Livre Comércio com os Estados Unidos. Observou que a Colômbia, o Peru e o Equador exibiam uma reserva cultural com soberania plena para aplicar medidas e políticas que contribuíssem para a cooperação a favor da diversidade cultural.

O Exmo. sr. Abel Prieto Jiménez (**Ministro da Cultura de Cuba**): Enfatizou que qualquer modificação ao texto do Anteprojeto deve visar ao fortalecimento da diversidade cultural, e ao predomínio da idéia de que a cultura não é uma mera mercadoria.

Recordou as palavras do Ministro da Cultura da Venezuela no sentido de que qualquer pretensão de desenvolvimento, qualquer pretensão civilizadora, passava pelo respeito à biodiversidade e à diversidade cultural.

O sr. Eleston Adams (**Vice-ministro da Cultura do Ministério da Habitação, Cultura e Transformações Sociais de Antígua e Barbuda**): Perguntou se todos os participantes sabiam o que era a Diversidade Cultural e o que tinha sido considerado Diversidade Cultural durante muitos anos. Também se perguntou se as pessoas, em seus respectivos países, foram informadas do que se esteve discutindo em relação ao tema.

Observou que nas discussões realizadas em torno do Anteprojeto de Convenção, todos disseram que seus respectivos governos conheciam e apoiavam o documento. Perguntou-se quantos países envolvidos na elaboração do Anteprojeto contavam com uma política cultural e quantos a revisaram para maximizar seus benefícios. Disse que uma política cultural era um mapa de estradas que mostra aonde ir, como chegar até lá, e a quem envolver. A cultura tradicional de cada país poderá ser conservada, se o governo e a população lhe prestarem o apoio necessário, afirmou.

Admitiu que o uso do idioma espanhol, o conhecimento de uma segunda língua, era muito importante. E disse que se encarregaria pessoalmente de promover entre a população de seu país o aprendizado de um segundo idioma para que pudesse se comunicar melhor.

O Exmo sr. Neville Wisdom (**Ministro da Juventude, Esportes e Assuntos Culturais das Bahamas**): Confirmou o apoio das Bahamas ao Anteprojeto, e se somou aos delegados que tinham defendido anteriormente a aprovação e ratificação da Convenção. Comentou, também, o impacto da diversidade cultural em seu país. Disse que apoiava o documento exatamente como estava redigido. Observou que esta Convenção iria interatuar com outros documentos normativos internacionais sem entrar em contradição com eles. Em relação ao Livre Comércio e à Propriedade Intelectual, considerou que se devia prestar atenção especial ao uso desses instrumentos normativos internacionais e adotar as medidas apropriadas, de modo que o patrimônio cultural estivesse mais protegido da usurpação global que alguns acordos internacionais de livre comércio poderiam encorajar. Mencionou o desafio das migrações ilegais pelas fronteiras dos países da região e recomendou a adoção de medidas para a proteção dos interesses nacionais.

Em relação à diversidade cultural de nossos povos, disse que se redefinia constantemente, por diferentes causas, o que pressupunha trabalhar para que houvesse um equilíbrio na cooperação internacional entre os Estados Membros em benefício de seus interesses nacionais.

A Exma.sra. Magali Comeau (**Ministra da Cultura e da Comunicação do Haiti**): Expressou o apoio de seu país ao Anteprojeto de Convenção sobre a Diversidade Cultural e assinalou que era preciso advogar por sua aprovação. Contudo, lamentou que o documento não recolhesse as diferentes realidades de cada país, mas admitiu que um texto como esse tinha de ser geral, para satisfazer a todos.

Recordou que a situação doméstica em seu país era muito diferente a de outras nações da região.

Retomando o tema do Anteprojeto, reconheceu a ênfase dada no documento à necessidade de levar em conta a cultura no processo de desenvolvimento, mas observou que não dava muita importância à desaparecimento de diferentes formas de expressão. Explicou que no Haiti, por exemplo, certas práticas religiosas tinham sido fustigadas por causa do desequilíbrio provocado pelo desmatamento, nomeadamente certos rituais praticados na época das colheitas; assim, quando as políticas agrícolas não respeitam o período das colheitas, as práticas culturais são ameaçadas. Relatou que as seitas norte-americanas atuavam nas escolas e entre a população pobre haitiana e mostravam o vodu como a religião do diabo. Frisou que a ação dessas seitas também constituía uma ameaça para a existência da mencionada expressão religiosa.

Desejou que os Estados Membros unidos conseguissem a adoção da Convenção e mantivessem a solidariedade entre todos a fim de vencer as dificuldades que obstruam a aplicação das políticas de preservação da diversidade cultural.

O sr. Alberto Murillo (**Diretor-Geral Setorial de Relações Internacionais do Conselho Nacional da Cultura da Venezuela e Moderador**): Apreciou o apoio ao Anteprojeto de Convenção e reiterou a proposta de incluir no documento final do Fórum um parágrafo sobre o apoio do Fórum à Convenção

da UNESCO. Solicitou passar ao 2º ponto da agenda “Troca de idéias para o fortalecimento institucional do Fórum de Ministros da América Latina e do Caribe”.

Troca de idéias para o Fortalecimento Institucional do Fórum de Ministros da América Latina e do Caribe

A Licenciada Olga Rufins Machin (**Secretária Técnica do Fórum/ Oficina Regional de Cultura da UNESCO**): Fez uma exposição sobre o “Portal da Cultura da América Latina e do Caribe” recordando que o projeto tinha sido aprovado no 12º Fórum de Ministros da Cultura e Encarregados de Políticas Culturais da América Latina e do Caribe, em 2001, em Santo Domingo, República Dominicana. Explicou que tinha sido criado como um fórum virtual permanente para viabilizar o intercâmbio entre todos os Estados Membros da região. A pedido dos Estados Membros, o projeto conta com o apoio da Oficina Regional de Cultura da UNESCO, e sua 1ª versão foi lançada em novembro de 2002, no 13º Fórum de Ministros, em Cuenca, Equador.

O Portal aparece em espanhol e em inglês, conta com um diretório de instituições e tem por objetivo facilitar a troca e a comunicação entre todos os altos funcionários da cultura na região. Apresentou todas as seções do “Portal”. Solicitou a todos os Estados Membros que enviassem informação dos projetos em execução, de seus eventos, e de todas as atividades que desejassem divulgar e fossem elementos de consulta e pontos de partida para contatos entre todos os Estados Membros. Exortou a designar os Coordenadores Nacionais recordando que essa figura correspondia a especialistas dos ministérios ou de instituições encarregadas da cultura, que conhecessem perfeitamente os programas, as ações e as atividades de sua instituição e tivessem conhecimentos gerais de informática. Treze Estados Membros faziam parte da Rede de Coordenadores Nacionais do Portal, atualmente, e um deles tinha sido nomeado pela delegação de um Estado Membro, nos debates do primeiro dia de trabalho do Fórum. Recordou a todos os participantes que, entre seus documentos, achariam o mais recente relatório estatístico do Portal, correspondente a agosto de 2005.

O Exmo. Arq. Francisco Sesto (**Ministro da Cultura da República Bolivariana da Venezuela**): Recomendou o relançamento do Fórum, para que tivesse a força que devia ter, e prevalecesse o diálogo franco e transparente. Recordou a existência de três grandes fóruns da cultura: o da OEA, o da OEI e o Fórum de Ministros; insistiu em que este último é o mais importante, porquanto ostenta o mais alto nível em seu gênero. Igualmente, sugeriu que se devia insistir em que fosse um fórum para a integração latino-americana e caribenha, e apontou a necessidade de recuperar sua anualidade e seu caráter democrático, para exhibir uma região sem exclusões políticas e sociais. Enfatizou que o fórum devia trabalhar ao longo dos 365 dias do ano.

A Exma.sra Magali Comeau-Denis (**Ministra da Cultura e da Comunicação do Haiti**): Propôs modificar o nome do Fórum acrescentando a palavra “cultura”

ao que tinha recomendado o ministro Sesto. Seria o “Fórum para a Integração Cultural da América Latina e do Caribe”. Por outro lado, pediu, em nome das minorias de língua francesa, do Haiti e do Caribe, e da diversidade cultural, uma versão em idioma francês do “Portal da Cultura da América Latina e do Caribe”.

O sr. Luis Armando Soto Boutin (**Coordenador do Grupo de Políticas Culturais e Assuntos Internacionais do Ministério da Cultura da Colômbia**): Somou-se à proposta do Haiti, e chamou a buscar os recursos para a edição do Portal, não só em francês, mas também em português. Nesse sentido, propôs convocar o GRULAC na UNESCO para a obtenção de verbas fora de orçamento, ou algum apoio adicional para o projeto. Felicitou os coordenadores do Portal pela utilidade da ferramenta e ofereceu o apoio da Colômbia. Destacou, também, a necessidade de definir a sede do próximo encontro antes do encerramento do Fórum.

Discorreu sobre as agências e os organismos intergovernamentais a serviço da cultura na região, chamou a articular o trabalho do Fórum com alguns projetos que estavam sendo executados por essas instâncias, e a trabalhar para que o fórum se especializasse e se diferenciasse qualitativamente de outros fóruns.

Além dos elementos já assinalados pelo Ministro da Cultura da Venezuela sobre o Fórum de Ministros da Cultura e Encarregados de Políticas Culturais da América Latina e do Caribe, recordou que este Fórum era o iniciador, que acumulava mais história. Sem contrariar as modificações sugeridas, propôs refletir sobre a mudança de nome que a Ministra da Cultura e da Comunicação do Haiti tinha sugerido.

Recomendou a revisão de três temas, no âmbito do Fórum:

- 1.- A pertinência do fórum se comprometer abertamente com o fortalecimento das capacidades nacionais para a cooperação internacional na área de cultura atendendo ao desenvolvimento
- 2.- O fortalecimento das políticas culturais exteriores: uma análise comparada em nossa institucionalidade.
- 3.- O tema cultura e o combate contra a pobreza.

O Exmo. sr. Abel Prieto (**Ministro da Cultura de Cuba**): Apoiou a proposta da Colômbia de buscar projetos concretos de integração, e sugeriu não se precipitar em mudar o nome do Fórum.

Afirmou que os Estados-Membros eram uma família, mas existiam institucionalidades diferentes, situações muito diversas em termos políticos, por isso era preciso avançar com “cautela fecunda”.

Ponderou que o que salvaria o Fórum, seria a capacidade para avançar em projetos concretos, aproveitando as sinergias, a união, e o que fosse possível obter da unidade e da cooperação, nas condições comuns de escassez de recursos.

Apoiou a proposta da Ministra da Cultura do Haiti de pedir a UNESCO, que já vem apoiando o “Portal da Cultura da América Latina e do Caribe”, um apoio extra, para contar, também, com versões em francês e em português. Disse que esse projeto devia ser aproveitado. Retomou a questão de quantos Estados Membros designaram Coordenadores Nacionais para o “Portal” e enfatizou a necessidade de todos estarem representados na Rede de

Coordenadores Nacionais para dispor de informações de todos neste site, do que está se passando no âmbito cultural dos países da região, e disseminar a prática de consultá-lo. Observou que os acessos e as visitas ainda eram modestos, portanto, era preciso promover mais a utilização do “Portal”, um meio de integração muito barato, oferecido pelas novas tecnologias. Exortou a utilizar os eventos e a enviar esta informação ao “Portal” para viabilizar uma participação diversa.

Outrossim, apoiou a idéia da Venezuela de criar um Museu Virtual da América Latina e do Caribe, e sua oferta de financiamento, e indicou que todos os Estados Membros interessados também deviam nomear um especialista para que comece a colaborar com a execução do projeto, sem esperar pelas contribuições de todos os Estados Membros para colocá-lo na Web. Seria um site em construção permanente. Estimou que o projeto poderia ser executado através do “Portal da Cultura para a América Latina e o Caribe”, ou por meio de um site independente, criado para o Museu. Afirmou que o Museu Virtual permitiria recolher a memória cultural da América Latina e do Caribe, através de diferentes suportes técnicos. E considerou ótima a idéia de contar com um museu virtual que espelhasse o espírito de integração.

Discorreu sobre a experiência das edições da ALBA, mediante a cooperação entre a Venezuela e Cuba.

Renovou a proposta de preparar uma antologia bilíngüe de poesia de todos os países representados no Fórum, através das edições da ALBA, e com o apoio de CERLAG –Centro de Estudos Latino-Americanos Rômulo Gallegos-, da Venezuela. Igualmente, sugeriu preparar uma grande antologia da música tradicional e popular de nossos países, fomentar o gênero documentário para conhecer melhor o patrimônio vivo da região, e estimular a integração.

Por último, esteve de acordo em multiplicar a presença dos Estados Membros da América Latina em CARIFESTA, assim como em outros eventos regionais.

O sr. Herman van Hooff (**Representante Oficial da UNESCO**): Explicou que a idéia original era publicar o “Portal” em inglês, espanhol, francês e português. Mas, momentaneamente, só estavam disponíveis as versões em espanhol e em inglês devido à falta de recursos. Clarificou que o “Portal” tinha sido montado com recursos muito limitados e, entre as prioridades da Oficina Regional de Cultura da UNESCO, estava disponibilizar o “Portal” em ao menos três idiomas. Destacou que o êxito e a dinâmica do “Portal” dependiam das contribuições dos Estados Membros, enviadas pelos Coordenadores Nacionais designados para apoiar o projeto, portanto, a atualização dependia de todos os membros do Fórum. Observou que tinha sido concebido como Portal aberto, para ser enriquecido com muitas iniciativas, e falou na possibilidade de realizar Fóruns Virtuais através do “Portal”. Quanto à criação do Museu Virtual, proposta pelo Ministro da Cultura da Venezuela, disse que era possível incluí-lo no “Portal da Cultura da América Latina e do Caribe”.

O Exmo. sr. Matthew Walter (**Ministro de Desenvolvimento Comunitário, Assuntos de Gênero e Informação de Dominica**): Em nome de seu país, apoiou sem reservas o Anteprojeto de Convenção, e salientou a importância de

aproximar os Estados Membros do Caribe e da América Latina, na área de cultura. Disse que a iniciativa derivaria em desenvolvimento social.

Frisou que Dominica fora beneficiada por seus vínculos com países como Cuba e a Venezuela e pela generosidade de ambos, através da Operação “Milagro” e da outorga de bolsas a estudantes de Dominica, em diferentes especialidades. Também falou no projeto PETROCARIBE com a Venezuela. Disse que tinha permitido poupar dinheiro ao país por conta da diminuição notável dos gastos em compra de combustível. No seu entendimento, estas ações bilaterais eram exemplos de integração cultural, que estreitavam os vínculos entre os povos dos Estados Membros da região a favor do bem-estar econômico, social, cultural e político.

O sr. Thomas Matthew (**Chefe da Oficina Cultural, Ministério da Cultura de Granada**): Disse preocupá-lo que a cultura aparecia, às vezes, em segundo plano nas pautas dos governos. Enfatizou seu apoio aos fóruns de ministros e especialistas. Considerou que o Fórum devia mudar não só de nome, mas também de visão, e focar na integração.

Os Fóruns promovem as relações, a integração e a camaradagem entre os povos da região, disse. Comentou sua satisfação com a possibilidade de o Fórum realizar-se no Caribe, mas admitiu que os recursos financeiros limitavam essa possibilidade.

Julgou pertinente manter uma Secretaria Permanente do Fórum como núcleo da integração e disseminação mais rápida das informações, de maneira que todos pudessem ficar a par do que se passa e quando se passa.

Aderiu aos pronunciamentos dos delegados do Haiti e de Antígua e Barbuda no que diz respeito à barreira do idioma na comunicação.

Ressaltou a necessidade de um segundo idioma para ampliar a inclusão, até porque todos os países do Caribe compartilhavam experiências, história e culturas similares. Seria bom, disse, criar uma rede de redes, que viabilizasse um processo de verdadeira integração regional, capaz de derrubar qualquer barreira.

Enfatizou a importância do uso das novas tecnologias, como os “Portais” culturais digitais, e suas versões em vários idiomas para facilitar o acesso à informação.

Advogou por uma participação maior dos Estados Membros em eventos importantes.

Reconheceu a cooperação da Venezuela, de Cuba e do México com vários Estados Membros do Caribe de língua inglesa.

Encerrando sua fala insistiu em articular melhor as redes culturais na região latino-americana e caribenha para facilitar o conhecimento e o entendimento entre todos.

O sr. Alberto Murillo (**Diretor-Geral Setorial de Relações Internacionais do Conselho Nacional da Cultura da Venezuela e Moderador**): Apresentou o deputado Filinto Duran Chuecos, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Dívida Social e Desenvolvimento Regional do Parlamento Latino-Americano, que faria uma exposição sobre a Carta Social das Américas, uma proposta da Venezuela.

O sr. Filinto Duran Chuecos (**Deputado do Parlamento Latino-Americano**): Na abordagem da construção coletiva e participativa da Carta Social dos Povos das Américas, explicou que a mesma era produto de quatro edições da Cúpula da Dívida Social e da Integração Latino-Americana e do Caribe, acontecidas em Caracas de 2001 a 2005, e seu propósito era colaborar com a implementação da integração solidária e humanista da América Latina e do Caribe deixando para trás as injustiças sociais.

Discorreu sobre as origens e o processo de elaboração da Carta, nas diferentes Assembléias Gerais da OEA, passando pelas propostas da democracia participativa e a aprovação da Carta Democrática em 2001, a Resolução “Pobreza, Equidade e Inclusão Social” em 2002, sua apresentação e aprovação como Anteprojeto, em 2004. Recordou o início das deliberações, em setembro de 2005 para sua aprovação definitiva.

Igualmente, enumerou os diferentes eventos nacionais que focaram no tema, sua relação com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU e com os Direitos Humanos, que desde a ótica do Governo venezuelano não têm hierarquias (os direitos políticos e civis têm a mesma hierarquia que os direitos sociais, econômicos e culturais). Também recordou a realização, no começo do mês de outubro de 2005, em Caracas, do grande Encontro Continental: Diálogo Ministerial sobre a Carta Social das Américas, do qual participaram delegações dos países de Nossa América, principalmente Ministros e Representantes da área social, com o propósito de gerar um amplo, democrático e livre debate no tema.

O sr. Duran afirmou que a Carta Social das Américas pode ajudar a enfrentar a pobreza, a desigualdade e a exclusão social, e pretende fomentar em nosso continente a universalização dos Direitos Humanos, passar de um Estado de Direito para um Estado de Justiça, com democracia social.

Logo depois, a Licenciada Samantha Jiménez, **Diretora de Artes Visuais do Conselho Nacional da Cultura da Venezuela** mostrou um Catálogo Digital preparado pela Venezuela, facilmente manuseável pelo público, que recolhe as 21 mil peças de arte existentes nos sete museus nacionais de Caracas. Explicou que tinha quatro categorias, a opção de trocar o fundo, uma breve biografia do artista, e pode ser consultado pelo nome do artista.

O sr. Alberto Murillo (**Diretor-Geral Setorial de Relações Internacionais do Conselho Nacional da Cultura da Venezuela**): Explicou que a Venezuela contava com perto de 200 museus, não só de arte, mas também museus regionais, museus locais. Disse que a coleção se nutria dos sete museus nacionais de arte, havia um programa especial, um software, propriedade do Ministério da Cultura, mas a Venezuela poderia doá-lo e viabilizar seu uso grátis, como ferramenta, em todos os Estados Membros.

Sessão da tarde

O sr. Alberto Murillo (**Diretor-Geral Setorial de Relações Internacionais do Conselho Nacional da Cultura da Venezuela, como Moderador da sessão da manhã**) : Sugeriu dar a palavra aos cinco delegados que não tinham falado na sessão da manhã, antes de apresentar e debater a Carta Social das Américas e, logo depois, o Plano de Ação.

O dr. Avelino Stanley (**Subsecretario de Estado da Cultura, da Criatividade e da Participação Popular da República Dominicana**): Como o fortalecimento do Fórum tinha sido profundamente analisado, recomendou a eleição do país sede do Fórum em 2006 e sugeriu ponderar a escolha de um país caribenho, se os mesmos concordarem, levando em conta que os últimos Fóruns foram sediados por nações da América hispânica.

O sr. Eric Butler (**Funcionário do Ministério do Desenvolvimento Comunitário, Cultura e Assuntos de Gênero de Trinidad e Tobago**): Como representante de Trinidad e Tobago no Fórum, disse ter recebido instruções de seu Governo para oferecer a sede ao 15º Fórum. Enfatizou o interesse de seu Governo e o seu compromisso em organizar um encontro bem-sucedido. Os delegados, disse, terão a oportunidade de conhecer a cultura diversa e o ambiente festivo de Trinidad e Tobago, durante as deliberações do próximo encontro.

A sra. Pilar Entrala (**Coordenadora de Relações Internacionais do Conselho Nacional da Cultura e das Artes do Chile**): Destacou que o seguimento do Fórum era necessário e deveria ser coordenado pela Secretaria Pro Tempore. Não obstante, sem um programa de ação concreto, disse, o trabalho da Secretaria Permanente do Fórum seria bastante difícil nos próximos anos. No seu entendimento, um plano de ação viável significava identificar prioridades regionais.

Seria bom estabelecer um sentido de pertença e de identidade do Fórum, e que os mesmos fossem fixados através de ações conjuntas e concretas no futuro, sugeriu. No seu entendimento, não obstante os diálogos sustentados no encontro, os participantes não conseguiriam ir embora com um sentido de pertença.

Agradeceu à delegação de Trinidad e Tobago sua oferta de acolher o 15º Fórum, o qual daria a oportunidade de mantê-lo com perspectivas de continuidade. Indicou a necessidade de contar com as vontades políticas de nossos ministros.

Recomendou que o MERCOSUL, no âmbito do Fórum, trabalhasse em cooperação horizontal e insistisse em se aproximar da CARICOM, oferecendo-lhe assistência técnica nos temas que a CARICOM identificara como prioritários.

Fez uma menção especial ao sr. Francisco Lacayo, ex-Diretor da Oficina Regional de Cultura da UNESCO para a América Latina e o Caribe e deu as boas-vindas ao sr. Herman van Hooff, novo Diretor da Oficina, que já trabalhou com os técnicos da cultura do MERCOSUL. Agradeceu o acolhimento carinhoso da Venezuela e a responsabilidade demonstrada na organização do Fórum.

Comentou os direitos sociais dos artistas e o futuro dos gestores culturais. Considerou necessário envolver a Sociedade Civil em reuniões com esta, para

fixar prioridades, porquanto a finalidade das políticas públicas é e sempre será a sociedade civil. Também convocou a um diálogo permanente e a usar o “Portal da Cultura da América Latina e do Caribe”.

O sr. Luis Armando Soto Boutin (**Coordenador, Grupo de Políticas Culturais e Assuntos Internacionais do Ministério da Cultura da Colômbia**): Em nome da delegação colombiana, agradeceu o acolhimento de Trinidad e Tobago e ofereceu seu apoio a esse país, tanto para a organização do Fórum, quanto do CARIFESTA. Enfatizou que Trinidad e Tobago era uma nação multicultural, aberta às culturas, que exibia literatura e música vibrantes, e um carnaval espetacular.

O Exmo. sr. Licenciado Manuel de Jesús Salazar Tetzaguic (**Ministro da Cultura e Esportes da Guatemala**): Asseverou que a Guatemala apóia totalmente o “Portal da Cultura da América Latina e do Caribe”. Informou que seu país participará do projeto Museu Virtual nas antologias de poesia e conto, também na sistematização e resgate da tradição oral, porquanto a cosmovisão e o futuro de nossa cultura estão aí.

Explicou, a seguir, alguns elementos complementares de nossa identidade latino-americana. Primeiro, a origem indígena de nossos países, depois a nossa multiculturalidade e interculturalidade, a concordância de nossas cosmovisões, a riqueza de nossa diversidade cultural lingüística e biológica, os movimentos sociais latino-americanos na busca de liberdade e de dignidade transmitiram uma mensagem ao mundo; também a explosão das artes populares, a poesia jovem e a literatura dos consagrados deram uma mensagem vital ao mundo, para que a tecnologia se humanizasse e a economia se socializasse pelo bem comum.

O sr. Guillermo Moranchel (**Diretor Nacional de Ação Federal e Indústrias Culturais da Argentina**): Reconheceu o esforço da República Bolivariana da Venezuela em criar uma atmosfera descontraída para que todos fossem ouvidos, e indicou que o Fórum precisava redimensionar sua história e aprofundar na busca de uma identidade.

Recomendou levar em conta três aspectos, no futuro: 1.- A importância dos indicadores dos sistemas de informação e como utilizá-los de maneira mais eficiente. 2.- A geração de condições para que a cultura seja verdadeiramente um motor que fortaleça nossas democracias, que coopere com os processos de integração e, ao mesmo tempo, seja fator de reconstrução da cidadania, respeitando a diversidade dentro de cada um de nossos países. 3.- A criação de espaços para o encontro e a troca entre artistas de cada um de nossos países da região, como chave para o processo de integração.

O Exmo. sr. Neville W. Wisdom (**Ministro da Juventude, Esportes e Assuntos Culturais das Bahamas**): Agradeceu a oferta de Trinidad e Tobago para sediar o próximo Fórum e assegurou o apoio de seu país. Observou que, muitas vezes, as decisões adotadas em reuniões intergovernamentais no tema

da cultura acabam não sendo executadas. E fez votos para que os acordos adotados neste Fórum fossem executados apropriadamente.

Disse ser do seu agrado o “Portal da Cultura da América Latina e do Caribe” executado pela Secretaria Técnica, com o apoio da UNESCO, e desejou este projeto para a troca de todas as informações necessárias, o estudo e a pesquisa, a interação prática e organizada. Considerou este projeto o mais importante e concreto do Fórum, porquanto a iniciativa garante a elevação da qualidade de vida de nossos povos e oferece oportunidades para conhecer a cultura dos demais países. É uma ferramenta excelente, disse, que permite satisfazer os objetivos de qualidade de vida e de oportunidade para todos.

Fez referência a outras formas de cooperação entre os Estados Membros e mencionou os Campeonatos Esportivos da América Central e do Caribe como um meio para fortalecer, também, as relações em outras áreas da cultura entre os países da região.

O sr. João Luiz Silva Ferreira **Secretário Executivo do Ministério da Cultura do Brasil**): Reafirmou o esforço feito pela Venezuela na promoção do diálogo e na busca da construção ou retomada da construção de um instrumento de integração como o Fórum, e elogiou a disposição de Trinidad e Tobago que garante a continuidade da reunião, desta feita no Caribe.

Apreciou nos debates um grande consenso quanto à compreensão do papel do Fórum. Disse que em certos momentos, tinha predominado a declaração política em relação ao significado da cultura para o desenvolvimento, ao significado da integração regional; em outros, se tocaram temas e referências práticas para que as intenções de integração tivessem possibilidades de ser levadas a vias de fato.

Observou que um projeto nacional passava necessariamente pelos projetos de desenvolvimento cultural, e se a economia se desligasse dos aspectos sociais e ambientais, se tornaria um problema muito maior e deixaria de ser uma bondade para esse povo. Aplaudiu a ocorrência de conversar entre todos na região, sem exclusões.

Como região, frisou, temos possibilidades imensas; as diferentes experiências em gestão cultural foram discutidas profundamente, portanto, poderiam ser um fator de impulso desse desenvolvimento. Apoiou a proposta da delegada chilena quanto à articulação entre o MERCOSUL e a CARICOM e sugeriu outras articulações setoriais, ou por temas, nos que seria possível avançar muito. Referiu-se, igualmente, à presença cultural dos africanos e dos descendentes de africanos, à sua problemática sócio-cultural. Disse que, muitas vezes, essas populações não são beneficiadas pela cultura que deram a cada país e ao continente todo. Julgou que o tema devia ser debatido no Fórum, em busca de alternativas, de políticas proveitosas para essas populações.

Recomendou viabilizar a circulação dos bens e serviços culturais ao longo do continente possibilitando o encontro de artistas, a troca de experiências. E convidou informalmente Trinidad e Tobago e outros países de carnavais tradicionais a participarem do Carnaval do Brasil: da Bahia ou do Rio de Janeiro.

O sr. Rodwell Ferguson (**Ministro de Estado de Belize para a Educação, a Juventude, os Esportes e a Cultura de Belize**): Pediu a palavra para clarificar que apoiava cem por cento o que se tinha debatido e aprovado, mas não podia assinar nenhum documento sem levá-lo, primeiro, à consideração das autoridades de seu país para que as mesmas tomassem as decisões correspondentes. Aplaudiu a delegação de Trinidad e Tobago pela oferta de sediar o próximo Fórum.

Destacou os esforços do governo de Cuba em prol do fortalecimento das relações entre os países da região, mencionou especificamente os benefícios recebidos através da Operação “Milagro”.

Frisou a importância de fomentar o turismo com os olhos postos na promoção do conhecimento e da compreensão da cultura de todos países presentes na reunião.

Disse que seu país já se beneficiava das relações que sustenta com a América Central e como membro da CARICOM. Também externou interesse em desenvolver as relações de Belize com a América do Sul.

A Licenciada Silvia Diaz Alvarado (**Presidenta do CONAC da República Bolivariana da Venezuela e Moderadora da sessão**): Recomendou aprovar em formato de pacote as modificações propostas ao Regulamento da Secretaria Pro Tempore pela própria Secretaria, entregues a todos os participantes do Fórum. Outrossim, propôs que os membros do Fórum dessem um voto de confiança à Secretaria Pro Tempore para tratar com a UNESCO o relativo ao fortalecimento de sua cooperação com o Fórum, uma sugestão contida, também, nos documentos entregues.

A Licenciada Olga Rufins Machin (**Secretária Técnica do Fórum**): Desde a realização do 13º Fórum, houve três reuniões da Secretaria Pro Tempore, recordou, e, como resultado dessas reuniões, foram ratificadas, na última das três, em Caracas, no mês de junho de 2005, várias propostas de modificação ao Regulamento da Secretaria Pro Tempore, sendo as mesmas entregues aos delegados no começo deste Fórum. Explicou que as mencionadas propostas foram preparadas pela Secretaria Pro Tempore conforme o ponto 1 do Plano de Ação do 13º Fórum, referido ao “Fortalecimento da Estrutura Organizativa do Fórum”. Explicou que a Presidência da Secretaria preferiu que estes acordos fossem levados à consideração de todos em formato de pacote, levando em conta que a maioria dos temas incluídos contou com consenso entre os delegados do 14º Fórum. Pediu aos participantes que se pronunciassem a respeito desses temas, mas se não julgassem necessário, então procedessem a votá-los.

(Os delegados votaram e aprovaram as propostas apresentadas pela Secretaria Pro Tempore, órgão permanente do Fórum) (Ver anexo 1)

A Licenciada Olga Rufins Machin (**Secretária Técnica do Fórum**): Falou sobre a adoção dos documentos que continham os temas discutidos e analisados.

Reconheceu o trabalho dos membros do Comitê de Relatores, Comitê do Plano de Ação e da Secretaria Pro Tempore, transmitiu a proposição da Presidência da Secretaria Pro Tempore, que solicitava aos participantes um voto de confiança ao órgão permanente do Fórum e à Secretaria Técnica para revisar as sínteses já feitas. Após a distribuição dos documentos entre todos, seria fixado um prazo para a admissão de considerações sobre as correções ou as adições necessárias.

A sra. Pilar Entrala (**Coordenadora de Relações Internacionais do Conselho Nacional da Cultura e das Artes do Chile**): Manifestou preocupação no sentido de que o 14º Fórum não tenha uma declaração política que o sustente. Disse que a Relatoria registrou algumas prioridades regionais, mas o Fórum não tem sustento se a vontade política não for fixada num documento final.

A Licenciada Silvia Diaz Alvarado (**Presidenta do CONAC da República Bolivariana da Venezuela e Moderadora da sessão**): Comentou que estava combinado preparar uma síntese dos relatórios sobre os dois dias de trabalho e um Plano de Ação concreto. E recordou que o ministro Sesto tinha proposto avançar preferencialmente com um Plano de Ação, ao invés de uma Declaração.

A sra. Pilar Entrala (**Coordenadora de Relações Internacionais do Conselho Nacional da Cultura e das Artes do Chile**): Disse que um Plano de Ação sem uma Declaração final lhe parecia bizarro, e poderia acarretar que o Plano não funcionasse. Ponderou que talvez novas formulas abrissem novos horizontes.

O sr. Luis Armando Soto Boutin (**Coordenador, Grupo de Políticas Culturais e Assuntos Internacionais do Ministério da Cultura da Colômbia**): Disse que fazia falta a declaração, recordou que o Fórum emitia uma declaração historicamente com a síntese das vontades políticas, e justamente agora, quando o Fórum ressurgia como espaço político de diálogo, seria da maior importância contar com uma. Propôs uma fórmula intermédia: uma declaração com dois parágrafos ratificando plenamente a importância do Fórum de Ministros da Cultura da América Latina e do Caribe. Sugeriu formar uma pequena comissão para arquitetar essa proposta.

A Licenciada Silvia Diaz Alvarado (**Presidente do CONAC da República Bolivariana da Venezuela e Moderadora da sessão**): Ratificou a proposta da Colômbia de formar uma comissão de redação da Declaração Final, e recomendou que fossem escolhidos Chile, Colômbia, Trinidad e Tobago, México e Venezuela como membros. O resto dos países poderia trabalhar com o material do relatório e do Plano de Ação.

O sr. Avelino Stanley (**Subsecretário de Estado para a Cultura da Criatividade e Participação Popular da República Dominicana**): Disse

concordar e propôs refletir sobre a Carta Social entretantes a comissão designada redigia a Declaração.

A sra. Pilar Entrala (**Coordenadora de Relações Internacionais do Conselho Nacional da Cultura e das Artes do Chile**): Não achou necessário tomar nenhuma decisão em relação à Carta Social no Fórum, porquanto pertencia ao Fórum da OEA e estava em processo de elaboração.

O sr. Luis Armando Soto Boutin (**Coordenador, Grupo de Políticas Culturais e Assuntos Internacionais do Ministério da Cultura da Colômbia**): Disse que os acordos se veriam melhor numa declaração que num relatório. Chamou a fazer um esforço para diferenciar os documentos que vão sair do Fórum.

O Exmo. sr. Luis Federico Hernández Aguilar (**Presidente do Conselho Nacional para a Cultura e a Arte de El Salvador**): Solicitou cumprir o estabelecido quanto à aprovação de uma declaração final e um Plano de Ação do Fórum.

O Exmo. sr. Abel Prieto Jiménez (**Ministro da Cultura de Cuba**): Disse que não se devia misturar o relatório com nenhuma declaração política, porquanto, do seu ponto de vista, o relatório é uma descrição aproximada, uma síntese do que se esteve debatendo. Considerou oportuno circular o relatório entre os participantes. Revisá-lo e resolver de comum acordo se os debates deviam ou não ser reproduzidos no documento. Enfatizou que não convinha aprovar o relatório precipitadamente, e que o mais importante era conformar um Plano de Ação. Concordou com a proposta do Chile e da Colômbia de formar uma comissão para preparar um documento final que expressasse em síntese as principais idéias, para apresentá-lo aos delegados depois da Gala artística, incluída no programa noturno. Recordou que não seria a primeira vez que a declaração final de um Fórum se aprovasse nos instantes derradeiros de um encontro.

A Licenciada Silvia Diaz Alvarado (**Presidente do CONAC da República Bolivariana da Venezuela e moderadora da sessão**): Convidou a delegação de Cuba a integrar a Comissão criada para preparar o documento final.

O dr. José Antonio Fúnez Rodríguez (**Subsecretário de Estado para a Cultura, as Artes e os Esportes de Honduras**): Leu as 8 estratégias propostas para o Plano de Ação, derivadas dos debates e das propostas dos Estados Membros e sujeitas à modificação. (Ver Anexo 2). Reconheceu as contribuições ao documento e o esforço feito em sua redação pelo sr. Carlos Santos da República Dominicana, pela sra. Felícia Morales da Venezuela, pela sra. Riane de Haas-Biedoeg, da CARICOM, e pelo sr. Martin Bedolla Sáenz da Bolívia.

A Exma. sra. Magdalena Úbeda de Rodriguez (**Diretora-geral do Instituto Nicaragüense de Cultura**): Sugeriu que uma pequena comissão fizesse a revisão de estilo para aprimorar o texto.

O sr. Guillermo Moranchel (**Diretor Nacional de Ação Federal e Indústrias Culturais da Argentina**): Recomendou distribuir uma cópia do documento apresentado por Honduras para que todos pudessem dar o seu parecer.

O sr. Abel Prieto Jiménez (**Ministro da Cultura de Cuba**): Em relação ao Plano de Ação lido, pediu que fosse mais sintético para que os participantes do Fórum o revisassem, e exortou a não precipitar a terminação dos documentos para não afetar a qualidade nos resultados, em um Fórum tão fecundo em exposições e contribuições. Convocou a levar em conta que o Plano de Ação devia refletir propostas sugeridas no encontro, e também outras ações iniciadas antes e que continuariam se desenvolvendo, portanto, era preciso submeter o documento a uma revisão qualitativa.

Por exemplo, o projeto do Museu Virtual proposto pela Venezuela, iria precisar de uma espécie de responsabilidade em cada um dos países da região, como a designação de encarregados dessa atividade. Disse, também, que era preciso completar a nomeação de Coordenadores Nacionais para o “Portal da Cultura da América Latina e do Caribe”. Citou, igualmente, a proposta das Antologias literárias de contos e poesias. Destacou que alguns desses temas exigiam debates mais profundos, que poderiam se realizar através da Secretaria Pro Tempore e a Secretária Técnica.

Propôs centrar-se na declaração política para acabar de redigi-lo e, mais tarde, se circularia o Plano de Ação juntamente com o relatório, para pensar em tudo com calma, e chegar ao Fórum de Trinidad e Tobago com avanços significativos.

O Exmo. sr. Luis Federico Hernández Aguilar (**Presidente do Conselho Nacional para a Cultura e a Arte de El Salvador**): Aderiu à proposta do Delegado de Cuba, e realçou que não havia necessidade de dar pressa ao Plano de Ação, o importante era que todos levassem consigo a Declaração, ainda que fosse breve. Insistiu em focar não só na questão dos direitos culturais, mas também nos deveres, nas responsabilidades.

A Licenciada Silvia Diaz Alvarado (**Presidente do CONAC da República Bolivariana da Venezuela e moderadora da sessão**): Também apoiou as propostas do Ministro da Cultura de Cuba.

O sr. Luis Armando Soto Boutin (**Coordenador, Grupo de Políticas Culturais e Assuntos Internacionais do Ministério da Cultura da Colômbia**): Apoiou a proposta do Ministro da Cultura de Cuba e insistiu na necessidade de focar nos detalhes do Plano de Ação. Recordou que uma das fraquezas do Fórum tinha sido incluir tudo nesse documento. Chamou a ficar com os temas de maior impacto.

Pediu a revisão do Plano de Ação de novo para abreviá-lo e reordená-lo. Recomendou à Secretaria Pro Tempore e à Secretária Técnica que preparassem um Fórum virtual sobre o Relatório e o Plano de Ação para aprofundar em ambos os documentos.

O dr. José Antonio Fúnez Rodriguez (**Subsecretário de Estado para a Cultura, as Artes e os Esportes de Honduras**): Clarificou que o que se tinha acabado de ler eram estratégias do Plano de Ação, e exortou a não confundir as estratégias com as ações. Por exemplo, disse, o tema da Antologia é uma ação, e não uma estratégia. Observou que tinham sido delineadas estratégias, mas ficaria por conta de um Comitê Técnico arredondar o documento com a relação das atividades e prováveis datas de sua realização.

O dr. Eudoro Fonseca Yerena (**Diretor-geral de Vinculação Cultural do Conselho Nacional para a Cultura e as Artes (CONACULTA) do México**): Disse que, no seu entendimento, se confrontava um problema de metodologia, se bem que o problema ultrapassava a questão de método.

Recordou que a pauta e a convocação do Fórum tinham sido abertas. Isso permitiu estabelecer um diálogo frutífero, e surgiram muitas idéias, mas, a própria flexibilidade provocou dificuldades na hora de elaborar os documentos que deviam emanar do Fórum.

Ratificou a proposta que fizera o Ministro da Cultura de Cuba no sentido de avançar para a redação de uma Declaração, e se poderia, também, depurar o Plano de Ação conforme a proposta da Colômbia, fazendo chegar os critérios pela via digital do “Portal da Cultura da América Latina e do Caribe”.

Quanto ao Plano de Ação, observou que se apresentaram muitas propostas abertas e muito heterogêneas e, em muitos casos, não houve votações formais para chegar a acordos consensuais que permitissem distinguir aquilo que dizia respeito a todos.

Em relação à criação de um Fundo, caso houvesse acordo, seria preciso acertar os detalhes das contribuições, as cotas, etc.

Assinalou que o melhor do Fórum tinha sido sua atualização e o reconhecimento de sua importância política para a promoção cultural da América Latina e do Caribe, com espírito solidário. Disse que a declaração poderia ser sintética e forte, mas devia destacar a importância que todos concederam ao Fórum, um dado essencial da reunião.

Advogou pela redação de um documento conciso e forte, com duas ou três idéias políticas essenciais; disse que o Plano de Ação devia conter os pontos menos controvertidos e suscetíveis a serem aprovados por todos. Também apoiou continuar aprofundando no Plano de Ação pela via virtual para facilitar os trabalhos de conclusão do Fórum.

A Exma.sra. Magali Corneau-Denis (**Ministra da Cultura e da Comunicação do Haiti**): Apoiou as propostas do México e da Colômbia para a redação dos documentos do Fórum. Sugeriu que a declaração final fosse um documento de maior referência para o Plano de Ação, porquanto nela seriam reafirmadas as vontades políticas.

O sr. João Luiz Silva Ferreira (**Secretário Executivo do Ministério da Cultura do Brasil**): Julgou que os temas abordados na reunião superaram a capacidade de concluir o encontro com um produto claro. Apoiou a proposta de Cuba: redigir uma declaração que marcasse o sentido político, unitário; que fosse um instrumento importante de construção, dando tempo para a elaboração de um plano de trabalho baseado numa estratégia já melhor desenvolvida.

Observou que havia ações avulsas que gozavam de consenso, portanto, as mesmas deveriam ser aprovadas como propostas independentes, por exemplo, o Museu Virtual e o “Portal da Cultura da América Latina e do Caribe”; a idéia de fortalecimento, através uma rede de eventos regionais, os que seriam aprovados em termos gerais e, mais tarde, sob a coordenação da Secretaria Pro Tempore, buscar as soluções para a execução, dentro de um prazo mínimo.

A Licenciada Silvia Diaz Alvarado (**Presidente do CONAC da República Bolivariana da Venezuela e moderadora de sessão**): Relacionou os consensos obtidos e anunciou o encerramento da sessão da tarde do 2º dia do Fórum, para permitir que a Comissão eleita pudesse avançar na redação do rascunho de Declaração, o qual seria revisado e discutido depois da Gala Cultural, prevista no programa. Clarificou que a Comissão encarregada do Plano de Ação também avançaria na revisão do documento. Por último, disse que a Secretaria Técnica apoiaria a Secretaria Pro Tempore para apresentar o Plano de Ação e o Relatório através de um Fórum Virtual no “Portal da Cultura da América Latina e do Caribe”, no prazo de 10 dias.

O Exmo. sr Luis Federico Hernández Aguilar (**Presidente do Conselho Nacional para a Cultura e a Arte de El Salvador**): Disse que tinham descumprido o aprovado na Pauta para a discussão da Carta Social.

A Licenciada Silvia Diaz Alvarado (**Presidente do CONAC da República Bolivariana da Venezuela e moderadora da sessão**): Explicou que a sessão da tarde tinha começado um pouco atrasada, e se prolongara a discussão do tema do Fortalecimento do Fórum, assim, não houve tempo para o debate da Carta Social das Américas. Recomendou utilizar o espaço do Fórum Virtual do “Portal da Cultura da América Latina e do Caribe” para enviar à Secretaria Pro Tempore do Fórum todas as observações e comentários que os delegados desejassem fazer.

Como representante de um Estado Membro da Secretaria Pro Tempore, expressou sua convicção de que todos saíram fortalecidos do Fórum, com uma Declaração, um Plano de Ação e uma nova sede em 2006.

Agradeceu a equipe toda que apoiou os trabalhos do encontro, aos tradutores, à equipe técnica, ao pessoal do Conselho Nacional da Cultura e do Ministério da Cultura da República Bolivariana da Venezuela, a seus vice-ministros presentes, aos presidentes dos institutos autônomos e a todos os participantes. Renovou que depois da Gala Cultural, todas as delegações se encontrariam de novo no auditório para revisar o documento da Declaração Final.

O Exmo. Licenciado Manuel de Jesús Salazar Tetzaguic (**Ministro da Cultura e dos Esportes da Guatemala e vice-presidente da sessão e vice-presidente do Fórum**): Agradeceu a paciência e a compreensão de todos pela situação criada em torno dos documentos finais do Fórum, e explicou que isto se devia a que, habitualmente, sempre se conta com os textos preparados antes da convocação. Como contrapartida, elogiou a possibilidade de todos terem tido a possibilidade de se expressarem livremente, de sonhar com a cultura. Considerou que os consensos alcançados permitiriam aos presentes levar a seus países idéias profundamente discutidas, e impulsioná-las no âmbito de suas próprias leis.

Disse que tinham sido encontradas soluções sábias como a criação de duas Comissões, uma encarregada de elaborar o documento de Declaração, e a outra de delinear o Plano de Ação, um texto valiosíssimo, que seria re-elaborado em breve, para que todos possam cumpri-lo.

Estimou que a reunião tinha sido muito rica, fortalecedora, unificadora e vigorante para a unidade cultural latino-americana e caribenha, que é o grande sonho de todos.

Epílogo: Finalizando a Gala Cultural, no dia 29 de setembro à noite, os delegados se reuniram de novo sob a presidência do Exmo. Arq. Francisco Sesto, Ministro da Cultura da Venezuela, discutiram e aprovaram a Declaração Final do encontro. Concordaram, também, em que as versões revisadas nos idiomas de trabalho do Fórum seriam distribuídas mais tarde.